

Folhas de ébano: (auto)biografias de escravizados e ensino de história¹

Ebony Pages: (Auto)Biographies of Enslaved People and History Teaching

Alexandra Lima da Silva*

RESUMO

Este trabalho procura indicar a importância do uso de autobiografias de escravizados no ensino de História, para o qual a compreensão da dimensão educativa das biografias não é novidade. Desde finais do século XIX, livros didáticos de História do Brasil exploram as histórias de vida de personagens considerados célebres, no sentido de fomentar a consciência de nação a partir da exemplaridade dos feitos e fatos dos ditos grandes homens. O processo de renovação da historiografia vem promovendo mudanças, principalmente no entendimento dos escravizados como sujeitos ativos e complexos, dotados de culturas, experiências e saberes. O presente artigo defende que as autobiografias são um caminho para a compreensão dos escravizados como protagonistas e sujeitos da própria história, na luta pela liberdade e pela igualdade.

Palavras-chave: autobiografias; escravizados; ensino de História.

ABSTRACT

This paper attempts to indicate the importance of using enslaved people's autobiographies when teaching History, a field in which the educational potential of biographies is nothing new. Since the late 19th century, Brazilian History textbooks explore the life story of characters who are considered well known, with the intent of instigating a national consciousness through the example of deeds and facts of so-called 'great men'. The process of renovating historiography has been promoting change, particularly in understanding enslaved people as active and complex subjects, with their own culture, experience, and knowledge. This paper supports the idea that autobiographies are a path for understanding enslaved people as protagonists and subjects of their own story, in the fight for freedom and equality. Keywords: autobiography; enslaved people; History teaching.

* Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Faculdade de Educação e Programa de Pós-Graduação, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. alexandralima1075@gmail.com

A compreensão da dimensão educativa das biografias não é novidade no ensino de História. Desde finais do século XIX, livros didáticos de História no Brasil exploram as histórias de vida de personagens considerados célebres, no sentido de fomentar a consciência de nação a partir da exemplaridade dos feitos e fatos dos ditos grandes homens. Nesse sentido, um caso emblemático da relação biografia/ensino de História é o livro didático *A história do Brasil ensinada pela biografia de seus heróis*, de Silvio Romero, publicado em 1890.

Sílvio Romero nasceu em Sergipe, em 1851, tendo se formado em Direito na Faculdade de Recife. Foi jornalista combativo – com intensa atuação na imprensa –, crítico literário, sociólogo e historiador. Em 1880, tornou-se professor no Colégio Pedro II, depois de disputado concurso, defendendo a tese “Da interpretação filosófica na evolução dos fatos humanos”. Na perspectiva de Sílvio Romero, a biografia era entendida como método para glorificar os ditos heróis nacionais, uma vez que “os nomes dos heróis deverão sempre brilhar no céu de nossa pátria” (Romero, 1915, p. 66). Por meio das histórias de vidas, os jovens estudantes teriam exemplos dos grandes nomes da nação: homens brancos. Tais indivíduos, considerados dignos de terem suas histórias conhecidas e seguidas pelos mais jovens, mereceriam todas as honras e reverências, pois, “abençoados heróis, meus jovens compatriotas, dignos de ser por vós eternamente imitados!” (Romero, 1915, p. 67).

Dentre os ditos “heróis” da pátria, o único afrodescendente presente na narrativa didática de Silvio Romero foi Henrique Dias, um liberto. Segundo a historiadora Hebe Mattos, desde o século XVII já se forjava uma memória sobre Henrique Dias, a respeito do qual se considerava que sua “coragem e bravura estão referidas em todas as crônicas e memórias das guerras contra os holandeses. É também em tais cronistas e memorialistas que se encontram os primeiros registros sobre os mocambos dos Palmares” (Mattos, 2007, p. 216). O nome de Henrique Dias também esteve presente no manual *Distinguished Negroes Abroad*, publicado em 1946, sob a direção de Carter Woodson (Viana, 2015, p. 249).

Livros didáticos de autores como João Ribeiro e Rocha Pombo ajudaram a consolidar a ideia de raças formadoras, com ênfase naqueles que compõem “o povo”, num resgate de suas *fisionomias*, contrariando a história de influência europeia, que valorizaria o agente “estrangeiro” e os feitos administrativos e políticos. Na perspectiva de João Ribeiro, observa-se a naturalização da

presença de “escravos negros”: “Ao contrário, nas suas feições e fisionomia própria, o Brasil, o que ele é, deriva do colono, do jesuíta e do mameluco, da ação dos índios e dos escravos negros” (Ribeiro, 1900, p. 7).

Já na perspectiva de Rocha Pombo,² os afrodescendentes seriam “trabalhadores, obedientes e muito espertos, tendo feito muito pelo progresso do nosso país” (Pombo, 1917, p. 32). O autor afirmava ainda que os sofrimentos e sacrifícios dos africanos escravizados no Brasil teriam sido recompensados, “pois hoje os descendentes daqueles pobres escravos são iguais aos antigos senhores, e sem dúvida muito mais felizes do que os parentes que ficaram lá na África” (Pombo, 1917, p. 32).

Rocha Pombo defendia ainda a composição étnica do brasileiro como fruto das três raças fundadoras, sendo o brasileiro o herdeiro do índio “ativo”, do africano “amoroso” e do europeu “inteligente”, construindo o que nos dias atuais os estudiosos denominam de mito ou fábula das três raças (DaMatta, 1987). De acordo com essa corrente, em função da dificuldade de transformar os índios em colonos, os portugueses teriam optado pelo africano. Rocha Pombo considerava, em seu livro didático, que “esta gente era também selvagem como os índios, e vivia lá quase como os índios viviam aqui” (Pombo, 1917, p. 29), sendo a principal diferença o fato de que os africanos não seriam livres como os índios, pois aqueles tinham os seus reis, “chamados sobas, que com eles eram muito cruéis, vendendo gente como se gado fosse” (Pombo, 1917, p. 29).

Para o intelectual paranaense, “o africano é preto por causa do clima da África, que é muito quente; mas é uma raça muito boa, principalmente de muito bom coração” (Pombo, 1917, p. 32), onde “quase todos, em vez de odiar, ficaram logo querendo bem aos senhores. Sobretudo as mulheres foram as grandes amigas das crianças” (Pombo, 1917, p. 32). Outra visão defendida pelo autor de *Nossa Pátria* era que os africanos seriam naturalmente “trabalhadores, obedientes e muito espertos, tendo feito muito pelo progresso do país” (Pombo, 1917, p. 32).

Ao dissertar sobre os quilombos, no capítulo XVII de *Nossa Pátria*, Rocha Pombo defende que as mulheres seriam aproveitadas no serviço doméstico, aprendendo tudo com mais facilidade, sendo preferidas às índias. A objetificação e a associação do negro à escravidão permaneceram durante muito tempo nos livros didáticos de História. Contudo, o processo de renovação da

historiografia vem promovendo interessantes mudanças, principalmente no entendimento dos escravizados como sujeitos ativos e complexos, dotados de culturas, experiências, saberes. (Chalhoub; Silva, 2009).

SER AUTOR DA PRÓPRIA HISTÓRIA: (AUTO)BIOGRAFIAS DE ESCRAVIZADOS

Tendo nascido um homem livre, por mais de 30 anos gozado da bênção da liberdade em um estado livre e sido, ao final desse período, sequestrado e vendido como escravo, assim permanecendo até ser felizmente resgatado no mês de janeiro de 1853, após uma servidão de 12 anos, foi sugerido que um relato de minha vida e de minhas desventuras não seria desprovido de interesse para o público.

(Northup, 2014, p. 17)

Esse fragmento é parte de *Doze anos de escravidão*, originalmente publicado nos Estados Unidos em 1853, e relata, em primeira pessoa, o período de 12 anos no qual Solomon Northup, homem negro e livre, foi sequestrado e escravizado em fazendas no sul dos Estados Unidos. O livro inspirou o roteiro do filme *Doze anos de escravidão*, dirigido por Steve McQueen e vencedor de inúmeros prêmios, dentre os quais, o Oscar de Melhor Filme do Ano, em 2014. Apenas no século XXI a obra mereceu tradução para a língua portuguesa, muito em função do extraordinário sucesso do filme, mais de 150 anos depois da traumática experiência vivida por Solomon Northup.

A publicação de autobiografias de escravizados não é novidade em língua inglesa. Todavia, no Brasil, são escassas as narrativas de vida dessas pessoas em periódicos ou em livros. As existentes são traduções de trabalhos publicados em outros idiomas. Para a experiência brasileira, há, contudo, outros caminhos, conforme sinalizado por Regina Xavier (2000). A autora indica relatos orais, como os de Mariano Pereira dos Santos a Maestri Filho; ou ainda, estudos sobre Dom Obá II e Luiz Gama (Xavier, 2000, p. 128).

De acordo com a *Encyclopaedia Britannica*, “slave narrative” “é um relato de vida, ou de grande parte da vida de um fugitivo ou ex-escravo, escrito ou oralmente, pelo próprio sujeito”. Tais narrativas constituem uma das mais influentes tradições na Literatura Americana, presentes em escritas

controversas – tanto na ficção como na autobiografia – na história dos Estados Unidos.³

Parte da documentação analisada no presente estudo integra a coleção *North American Slave Narratives*, fração constituinte do projeto *Documenting the American South* (DocSouth), da University Library of the University of North Carolina at Chapel Hill. A coleção *North American Slave Narratives* foi coordenada pelo professor William L. Andrews, que coeditou a digitalização das autobiografias de escravizados. Inclui grande número de narrativas autobiográficas de escravos fugidos e libertos, publicados em inglês nos variados suportes, tais como jornais, panfletos ou livros, até o ano de 1920. Por sua vez, as narrativas de vida de ex-escravos foram importantes fontes utilizadas pelos historiadores no processo de revisão da historiografia dos Estados Unidos, tendo em Eugène D. Genovese (1972) um de seus representantes.⁴

O significado do ato de escrever sobre a própria vida e a dos outros “ganha contornos específicos com a constituição do individualismo moderno” (Gomes, 2004, p. 11), merecendo destaque a relação do indivíduo moderno com seus documentos. O “biográfico se define justamente como espaço intermediário, às vezes mediação entre o público e o privado; outras, como indecibilidade” (Arfuch, 2010, p. 28). As escritas autobiográficas possuem especificidades e merecem cuidado nas análises, para que não se corra o risco da armadilha da ilusão biográfica:

Sem dúvida, cabe supor que o relato autobiográfico se baseia sempre, ou pelo menos em parte, na preocupação de dar sentido, de tornar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, como a do efeito à causa eficiente ou final, entre os estados sucessivos, assim constituídos em etapas de um desenvolvimento necessário. (Bourdieu, 1996, p. 184)

Nas palavras de Carino, “biografar é, pois, descrever a trajetória única de um ser único, original e irrepetível; é traçar-lhe a identidade refletida em atos e palavras; é cunhar-lhe a vida pelo testemunho de outrem; é interpretá-lo, reconstruí-lo, quase sempre revivê-lo” (Carino, 1999, p. 154). A perspectiva de história de homens como Silvio Romero passava pela defesa do caráter edificante das biografias de certos sujeitos, que deveriam ser conhecidas por todos os cidadãos. Assim:

Não se biografava em vão. Biografava-se com finalidades precisas: exaltar, criticar, demolir, descobrir, renegar, apologizar, reabilitar, santificar, dessacralizar. Tais finalidades e intenções fazem com que retratar vidas, experiências singulares, trajetórias individuais transforme-se, intencionalmente ou não, numa pedagogia do exemplo. A força educativa de um relato biográfico é inegável. (Carino, 1999, p. 154)

O estudo de Carino adverte sobre a complexidade da biografia como instrumento educativo, “pois é nos exemplos de vivências humanas reais que a educação vai buscar os modelos com os quais procura forjar a imagem de homem a ser formado pela educação” (Carino, 1999, p. 174).

Defendo que, por meio do estudo das autobiografias, torna-se possível compreender o protagonismo dos escravizados. As autobiografias contribuem para uma visibilidade maior das lutas desses sujeitos, no passado e no presente. Para analisar as narrativas de sujeitos escravizados, busco embasamento na noção de experiência, conforme pensada pelo historiador inglês Edward Palmer Thompson, para quem a categoria é importante para não se homogeneizar ações em que “homens e mulheres também retornam como sujeitos [...] não como sujeitos autônomos, ‘indivíduos livres’, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos” (Thompson, 1981, p. 182).

SUJEITOS EM TRÂNSITO: AFRICANOS ESCRAVIZADOS E ESCRITAS DE SI

Eu fui nomeado Olaudah, que em nosso idioma significa vicissitude, ou também, afortunado, alguém que foi favorecido, cuja voz é potente e que fala bem.

(Equiano, 1999, p. 47)

O livro *The Interesting Narrative of the Life of Olaudah*,⁵ datado de 1789, é tido como uma das primeiras narrativas de escravos a tornar-se um *best-seller* internacional. Desse modo, “desde 1776, mais de 200 autobiografias de escravos livres foram publicadas nos Estados Unidos e Inglaterra. Milhares de discursos gravados taquigraficamente, depoimentos e entrevistas com escravos e

ex-escravos foram obtidos por jornalistas, acadêmicos e funcionários do governo” (Miller; Smith, 1988, p. 71).

A primeira edição do livro, publicada em Londres, foi financiada pelo próprio autor, que se comprometeu a comprar os primeiros exemplares. O título tornou-se sucesso editorial e, no período compreendido entre 1789 e 1857, teve 37 edições em diferentes países, dentre os quais, Inglaterra, Estados Unidos, Holanda, Alemanha e Rússia.

Olaudah Equiano (ou Gustavus Vassa) nasceu na Nigéria, em 1745. Aos 11 anos, foi sequestrado e vendido como escravo na costa oeste da África. Durante o período em que foi escravizado, aprendeu a falar, ler e escrever em inglês, tendo se tornado um exímio marinheiro ao realizar inúmeras viagens e expedições (Equiano, 1999, p. 10). Conquistou a liberdade em 1766 e, como homem livre, estabeleceu-se na Inglaterra, onde se engajou na luta abolicionista. A escrita da autobiografia era, portanto, parte da propaganda libertadora, no sentido de promover o fim da escravização de africanos. O ativista tornou-se membro da Igreja Metodista e morreu rico, em Londres, em 1797, sem jamais ter retornado ao Continente Africano (Equiano, 1999, p. 10). Sua autobiografia é um importante documento que inspirou muitos outros escravizados e escravizadas a contar sua própria história, em primeira pessoa, e a lutar pelo fim da escravidão. Infelizmente, a autobiografia de Olaudah Equiano ainda não recebeu tradução em língua portuguesa, apesar de toda a importância da obra para os estudos históricos e para o ensino de História. Em termos de pesquisas sobre Olaudah Equiano, destaco a dissertação de mestrado *Olaudah Equiano: a vida de um marinheiro negro no Atlântico do século XVIII e a memória da África*, de Rafael Antunes do Canto (2015).

Outra autobiografia importante para o ensino de História no Brasil é *Biography of Mahommah G. Baquaqua: A Native of Zoogoo, in the Interior of Africa*, originalmente publicada em Detroit, em 1854 (Baquaqua, 2017).

Mahommah Gardo Baquaqua nasceu em Djougou, na década de 1820, em uma importante família muçulmana da região e, “quando criança, em Djougou, ele frequentou a escola alcorânica, começando muito jovem. Menino ainda, ele foi aprendiz de seu tio na manufatura de agulhas, e também parece ter sido preparado para a vida no comércio” (Lovejoy, 2002, p. 17).

Baquaqua, trazido ao Brasil em 1845, falava várias línguas e escrevia em árabe e ajami. Na condição de escravizado, aprendeu ainda português, alguma

coisa de francês, além do contato com o espanhol. Também aprendeu inglês. Baquaqua resistiu à escravidão por meio do trânsito, da fuga. Parecia ter especial habilidade em mover-se nas diferentes culturas:

Como o seu relato deixa claro, a Baquaqua foram atribuídas outras identidades após a sua fuga da prisão em Nova York. Como um fugitivo, ele desapareceu misteriosamente, indo para o Haiti, mas, nos tempos difíceis que passou lá, ele era claramente um forasteiro, alguém que não conseguia entender o crioulo haitiano. Ele viveu no Haiti por dois anos, convertendo-se ao cristianismo, e então voltou para os Estados Unidos, para tornar-se um estudante e um abolicionista. (Lovejoy, 2002, p. 34)

Em diferentes momentos, a autobiografia de Baquaqua aguçou o interesse e a curiosidade de historiadores brasileiros. Em 1988, Silvia Lara promoveu a apresentação e a publicação de um fragmento traduzido para o português do livro sobre a vida de Baquaqua na *Revista Brasileira de História* (Lara, 1988). Para a historiadora brasileira, o documento é uma preciosidade, uma vida extraordinária, pois:

Trata-se de um ex-escravo, sua vida na África, sua escravização e transporte para o Brasil, de suas experiências como escravo em Pernambuco junto a um padeiro, sua venda para o capitão de um navio que viajava até o Rio Grande do Sul, sua viagem até os Estados Unidos, da fuga para conseguir a liberdade, sua viagem ao Haiti, uma viagem de volta aos Estados Unidos e daí para o Canadá; a narrativa de uma vida extraordinária que também traz dados extraordinários sobre experiências escravas o Brasil e nas Américas. Um documento raro, especialmente se pensarmos na escassez de testemunhos escravos diretos sobre a escravidão no Brasil. (Lara, 1988, p. 269)

No ano do centenário da abolição da escravidão no Brasil, a autobiografia de Baquaqua teve, portanto, a primeira publicação em português (na forma de trechos), numa importante revista. Já em 1997, Robert Krueger teve a iniciativa de traduzir e publicar sobre Baquaqua na edição intitulada *Biografia e narrativa do ex-escravo afro-brasileiro* (Baquaqua, 1997). Em maio de 2017, a editora Uirapuru lançou uma edição em português, intitulada *Biografia de Mahommah Gardo Baquaqua: um nativo de Zoogoo, no interior da África* (Baquaqua, 2017).

Por sua vez, o historiador Bruno Verás desenvolve sua pesquisa de doutorado na York University e trabalha na tradução da obra de Baquaqua, em edição a ser publicada pela Civilização Brasileira. Verás também integra a equipe do *Projeto Baquaqua*.⁶ Aglutinando pesquisadores como Paul Lovejoy, o projeto disponibiliza materiais voltados para a Educação Básica. Destaco, nesse sentido, o vídeo *Baquaqua*, biografias e o ensino de História, com depoimento da professora Adriana da Silva.⁷

I WAS BORN SLAVE: AUTOBIOGRAFIAS DE ESCRAVIZADOS NAS AMÉRICAS

Além das narrativas de gente nascida livre, porém escravizada na África, há também muitas autobiografias de pessoas nascidas na escravidão nas Américas, com especial destaque para os Estados Unidos. São muitos os relatos em primeira pessoa, publicados na forma de livro. Possivelmente, os nomes mais conhecidos são os de Frederick Douglass e Booker Washington, importantes intelectuais afrodescendentes nos Estados Unidos.

Nascido em 1818 no Condado de Talbot, Frederick Douglass “foi um escravo, um trabalhador livre em uma fundição, depois um orador em prol do movimento abolicionista, tanto nos EUA quanto no exterior, tendo viajando para a Inglaterra e Irlanda” (Leonardo P. Vidal, em Douglass, 2016, p. 4). Frederick Douglass escreveu três autobiografias: *Narrative of the Life of Frederick Douglass, an American Slave* (1845); *My Bondage and My Freedom* (1855); *Life and Times of Frederick Douglass* (1881). As duas primeiras foram publicadas ainda durante a vigência da escravidão nos Estados Unidos. Frederick Douglass nasceu e morreu no século XIX, faleceu em 1895.

My Bondage and My Freedom, de 1855, saiu pela *Gazeta da Tarde* em 1883 com o título de *Meus anos de cativo e liberdade*. O jornal abolicionista *Gazeta da Tarde* apresentava Frederico (Frederick) Douglass em sua primeira página:

Amanhã Frederico Douglass começará a ser conhecido devidamente por aqueles que se interessam por uma raça desprezada e diariamente insultada por energúmenos, que trabalham por deitar por terra a propaganda em bem da causa dos oprimidos, mas que não conseguem destruir os vestígios luminosos que deixam

após si homens que, como Douglass, um simples escravo, tornam-se governadores da terra onde viram a luz ainda envoltos nas trevas do cativeiro. É que a natureza os privilegia no nascedouro. (Gazeta da Tarde, 25 abr. 1883, p. 1)

Naquele tempo, tornar conhecida a vida de um ex-escravo nascido nos Estados Unidos tinha sentido claramente pedagógico e político, no combate à escravidão ainda vigente no Brasil. A vida de Frederick Douglass ganhava ares de exemplaridade para os abolicionistas de a *Gazeta da Tarde*. Nas palavras dos editores desse jornal, a publicação do texto de Frederick Douglass na forma de fascículos tinha um sentido de exemplaridade:

Pois é este livro que tem por título *Meus anos de escravidão e de liberdade*, que vamos tornar conhecido dos nossos leitores aos quais apresentaremos uma história de negros e infâmias contada pelo próprio que as sofreu e nelas representou como paciente o papel de protagonista. (Gazeta da Tarde, 25 abr. 1883, p. 1)

Há outra autobiografia de Frederick Douglass publicada em língua portuguesa. Em 2016, Leonardo Vidal promoveu a edição da *Narrativa da vida de Frederick Douglass, um escravo americano* (Douglass, 2016).

Na condição de escravizado, Frederick Douglass aprendeu a ler e a escrever. O acesso ao universo da leitura e da escrita marca a primeira liberdade conquistada por Douglass, ainda na condição de cativo, antes da fuga. Tal aprendizado encontra-se registrado nos capítulos “Aprendo a ler”, “Progresso” e “Espírito despertado”. O acesso às letras ampliou a revolta de Douglass com relação à escravidão. Ele tornou-se leitor dos discursos de Sheridan, de Chatam, de Pitt e de Fox: “Eu os lia, os relia. Ensinarão-me a dar uma linguagem ao meu pensamento. Os direitos do homem, de todo homem, vieram-me das palavras de Sheridan” (*Gazeta da Tarde*, 29 maio 1883, p. 2). Para Douglass, “a palavra significava esperança”, e os jornais abolicionistas tinham papel emancipador.

Outro importante intelectual que viveu na escravidão nos Estados Unidos é Booker T. Washington, nascido na Virginia em 1856. *Up From Slavery: An Autobiography* (1901) é o título de uma das três narrativas escritas por Booker Washington. As demais autobiografias produzidas por ele intitulam-se: *An Autobiography. The Story of My Life and Work* (1901) e *My Larger Education: Being Chapters from My Experience* (1911).

Inicialmente, a autobiografia de Booker Washington realizou-se na forma de artigos na revista *Outlook* e, graças ao sucesso junto ao público, mais dois livros saíram da gráfica em 1901. Um dos escritos de Booker Washington recebeu versão em língua portuguesa, com o título *Memórias de um Negro*, traduzido por Graciliano Ramos em 1940. Booker Washington descreve os tempos de cativo como terríveis, miseráveis, de total e completa desolação para os escravos. Logo ele menciona o fato de que, após a Guerra Civil americana, foi declarado livre; portanto, viveu parte da infância como escravo. Curioso é que, em suas memórias, Booker Washington menciona a mãe e o irmão, mas silencia sobre o pai, sobre quem diz nada saber (Washington, 1901, p. 3).

A esse respeito, acredita-se que o pai de Booker Washington fosse um branco desconhecido, e, apesar de afirmar-se sempre como negro, muitos na época o chamavam de “mulato” (Gledhill, 2014, p. 43). Em sua luta pela educação, Booker Washington seguia obstinado em frequentar a escola e receber instrução formal. Enquanto trabalhava na mina de carvão, ouviu dois mineiros conversarem a respeito de uma grande escola para “coloured people” (pessoas de cor), situada em algum lugar na Virginia (Washington, 1901, p. 42). O colégio em questão era o Hampton Normal and Agricultural Institute, e em 1872 Booker T. Washington passou a frequentá-lo. Com muita constância, pesquisadores interrogam-se sobre os significados do domínio da cultura letrada e os inúmeros escritos publicados por Booker Washington em busca de uma emancipação plena da população afrodescendente nos Estados Unidos.

“Um escravo entre escravos”: com essas palavras, Booker Washington inicia o capítulo 1 de sua autobiografia. Nascido escravo em uma fazenda de Franklin County, Virginia, ele afirma não saber ao certo sua data de nascimento. Acredita ter sido entre 1858 e 1859, perto de um posto dos Correios (Washington, 1901, p. 1).

Na condição de criança escrava, Booker lamentava não ter frequentado a escola quando menino:

Eu não tive escolarização enquanto fui um escravo. Mas lembro que fui muitas vezes até a porta da escola, carregando os livros de uma das pequenas donas da gente – e algumas dúzias de meninas e meninos numa classe, estudando, muito me impressionaram: aquilo era um céu. (Washington, 1940, p. 5)

O primeiro contato de Washington com letras e números aconteceu quando ele trabalhava em uma fábrica de sal, pois cada pacote de sal possuía um número:

Cada pacote de sal tinha seus barris marcados com certo número. O número atribuído ao meu padraço era “18”. No final do trabalho do dia o chefe dos embaladores viria ao redor e colocaria “18” em cada um dos nossos barris, e logo aprendi a reconhecer tais figuras, e depois de um tempo chegou a um ponto onde eu podia fazer essa figura. (Washington, 1901, p. 28)

Nas palavras de Booker Washington, a vontade de aprender era maior do que ele. Assim, “ainda quando era muito pequeno, decidi que eu precisava de alguma educação que me fizesse ser capaz de ler livros comuns e jornais” (Washington, 1901, p. 28).

Após concluir os estudos de três anos na Hampton, Booker Washington tornou-se professor, e ainda estudou por mais um ano no Seminário Weyland em Washington (DC). Após essa etapa de formação, Booker Washington relata que continuou atuando como professor em uma escola noturna, até que em 1881 foi convidado para lecionar na Escola Normal para pessoas negras, em Tuskegee (Washington, 1901, p. 106).

Até aqui foram analisadas autobiografias de pessoas escravizadas na África e nos Estados Unidos, mas também em Cuba há relatos em primeira pessoa, publicados na forma de livro. É o caso de Juan Francisco Manzano, que redigiu um manuscrito em 1835 versando sobre sua experiência na escravidão. Com apoio de abolicionistas, o texto foi traduzido para a língua inglesa e publicado em Londres, em 1840, sob o título *The Autobiography of a Slave*. Em 2015, Alex Castro promoveu a organização, a tradução e as notas, em português, para o livro *A autobiografia do poeta-escravo*. Nas palavras do historiador Ricardo Salles,

a autobiografia de Juan Francisco Manzano é um documento extraordinário porque, que se saiba, é o único do gênero elaborado por um escravo latino-americano. Todo o resto dos relatos conhecidos foi produzido por ou a partir das experiências de cativos africanos e afrodescendentes que viveram na América do Norte e no Caribe. (Salles, 2015, p. 10, em Manzano, 2015)

Juan Francisco Manzano nasceu na condição de escravizado em Havana, Cuba, em 1797, e faleceu em 1854. Aos 21 anos, aprendeu a ler e a escrever:

Desde meus doze anos, já havia composto muitas poesias de memória, porque meus padrinhos não queriam que eu aprendesse a escrever. Eu as ditava de memória, em particular a uma jovem morena chamada Serafina. Através de cartas em versos, mantínhamos uma correspondência amorosa. (Manzano, 2015, p. 37)

A voz de Juan Francisco Manzano permite estabelecer uma aproximação maior em relação aos dilemas, experiências e vivências de um sujeito nascido escravo em Cuba. Nas palavras de Alex Castro, “como a realidade brasileira era bastante parecida – monocultura do açúcar ou café, leis de fundo católico, elite conservadora e cautelosa –, a autobiografia também tem muito a ensinar sobre a nossa própria escravidão” (Castro, 2015, p. 17, em Manzano, 2015). Por sua vez, o que nos transmitem os escravizados nascidos no Brasil? Quais as especificidades do caso brasileiro? Houve autobiografias publicadas na forma de livro?

ESCRITAS DE SI E ESCRAVIDÃO NO BRASIL

Os relatos de escravos em primeira pessoa no Brasil deram-se em diferentes suportes: cartas, petições, testamentos, documentos que rendem possibilidades de compreender as trajetórias dos escravizados no Brasil. Dessa forma, a publicação de autobiografias não foi o caminho no Brasil, porém relatos orais resultaram em algumas obras. É o caso de *Depoimento de escravos brasileiros*, de Mario José Maestri Filho, publicado em 1988. No século XIX, o viajante Francis de Castelnau realizou uma série de entrevistas com africanos na Bahia (Castelnau, 2006). No âmbito das pesquisas históricas, o livro de Castelnau e o documentário *Memórias do Cativo* dão visibilidade aos relatos orais de ex-escravizados e seus descendentes (Mattos; Rios, 2005).

Já *Rascunhos e perfis* traz a narrativa – em primeira pessoa – da vida de Israel Soares. O livro é resultado da entrevista realizada por Ernesto Sena⁸ em 1900: “No meio da conversa, pedi que me contasse a sua vida: Israel relutou bastante, mas afinal teve de ceder diante das ponderações que lhe apresentei” (Sena, 1983, p. 139). Israel concordou em falar sobre si por ser tratar de um

livro produzido pelo amigo Ernesto Sena, cujo objetivo era lembrar os que lutaram pelo fim da escravidão. Ernesto Sena descrevia Israel Soares como “negro, magro, esguio, ossudo, com a carapinha esbranquiçada pela neve dos anos, com aquela curta barba branca, com aquele buço sempre bem escanhado, formando todo o seu físico a compostura de um homem sério, honesto e digno” (Sena, 1983, p. 139).

Em 1900, Israel Soares estava no auge de seus 57 anos de idade. Filho dos escravizados Rufino, de nação Monjolo, e Luiza, de nação Mina, Israel Soares nasceu em 19 de agosto de 1843. A respeito dos pais, lembrava que a “mãe foi mais feliz do que meu pai, pois conseguiu libertar-se em 1846, graças aos esforços de um preto mina chamado Antonio” (Soares, em Sena, 1983, p. 139). Luiza, na condição de preta forra e quitandeira, era maometana. Juntou dinheiro e comprou a liberdade da irmã de Israel em 1856: “mulata, que ainda hoje vive cheia de filhos e netos” (Soares, em Sena, 1983, p. 140). Luiza optou por comprar a liberdade da filha, em detrimento da alforria do filho, pelo fato de aquela ser mulher e, uma vez que a escravidão seguia o ventre, de acordo com a legislação vigente no entendimento de Luiza, a filha merecia proteção maior.

Mas, e o menino Israel? Autodidata, “pois não frequentei colégio e aprendi a ler em jornais velhos em um canto da cozinha” (Soares, em Sena, 1983, p. 145), aos 14 anos ele seguiu para São Cristóvão, Rio de Janeiro. Lá, contou com a ajuda do farmacêutico Marcelino Inácio de Alvarenga Rosa: “a esse cidadão devo o pouco conhecimento que tenho da vida. Foi com ele que acompanhei toda a questão do Ventre Livre” (Soares, em Sena, 1983, p. 141).

Neste ponto, a história de Israel Soares aproxima-se com outras trajetórias no século XIX, a exemplo da de Luiz Gama, vendido ilegalmente como escravo pelo pai, mas que conquistou a alforria e tornou-se importante jornalista e advogado no império (Azevedo, 1999; Souza, 2001). Sem dúvida, para as primeiras letras, Luiz Gama contou com a ajuda de um amigo:

Em 1847, contava eu 17 anos, quando para a casa do Sr. Cardoso veio morar, como hóspede, para estudar humanidades, tendo deixado a cidade de Campinas, onde morava, o menino Antônio Rodrigues do Prado Júnior, hoje doutor em direito, ex-magistrado de elevados méritos, e residente em Mogi-Guassu, onde é

fazendeiro. Fizemos amizade íntima, de irmãos diletos, e ele começou a ensinar-me as primeiras letras. (Luiz Gama em Schwarcz, 1989, p. 140)

Depois da aquisição da leitura básica, Luiz Gama seguiu estudando de forma autodidata, escrevendo e lendo, conforme demonstrou em sua carta autobiográfica: “fiz versos; escrevi para muitos jornais; colaborei em outros literários e políticos, e redigi alguns” (em Schwarcz, 1989, p. 140). Saber ler, escrever e contar possibilitou a Luiz Gama a conquista de direitos, para si e para outros escravizados, que, como advogado, Gama ajudou a libertar.

Israel também foi um autor da própria história. E assim criou um curso noturno na casa de quitanda da falecida mãe “e o pouco que eu sabia distribuí com aqueles que nada sabiam” (Soares, em Sena, 1983, p. 143). A escola era frequentada por libertos e escravizados.

PARA NÃO DIZER QUE NÃO FALEI DAS FLORES: MULHERES ESCRAVIZADAS E OS USOS DA PALAVRA

A visibilidade das mulheres escravizadas nos manuais didáticos também é pouco destacada. Todavia, há inúmeros relatos biográficos em primeira pessoa que permitem uma compreensão da complexidade em torno da condição feminina. Dentre as autobiografias traduzidas para a língua portuguesa, destaco o livro *Bakhita narra a sua história*. Josephine Bakhita nasceu em Darfur, Sudão (o maior país do continente africano), em 1869. Sequestrada e escravizada aos 9 anos de idade, a menina conquistou a liberdade em 1889; em 1896 tornou-se noviça católica na Itália. Bakhita faleceu em 1947. O diário de Bakhita, originalmente um manuscrito, foi escrito em 1910 e publicado em 1919 (Akyeampong; Gates Jr., 2012, p. 359).

Linda Brent é a narradora de *Incidents in the Life of a Slave Girl. Written by Herself*, publicado originalmente em língua inglesa, em 1861. Linda Brent é o *alter ego* de Harriet Ann Jacobs, nascida escrava, nos Estados Unidos, em 1813. Harriet nasceu e viveu ao longo do século XIX. No prefácio escrito pela autora (assinado como Linda Brent) no ano de 1861, ela destaca que optou por pseudônimos, o que não significa que sua obra seja ficção:

Leitor, podes ter certeza de que esta narrativa não é fictícia. Sei que algumas de minhas aventuras podem parecer inacreditáveis, mas apesar disso são rigorosamente verdadeiras. Não exagerei os males causados pela Escravidão; pelo contrário, minhas descrições ficam muito aquém dos fatos. Ocultei os nomes dos lugares e dei nomes fictícios às pessoas. Não tinha motivos para ser reservada em relação a mim mesma, mas julguei que seria um ato de bondade e consideração para com os outros adotar essa atitude. (Jacobs, 1988, p. 23)

A obra ganhou várias edições, publicadas em diferentes períodos. O exemplar utilizado no presente trabalho é a tradução em língua portuguesa, de 1988, pela editora Campus, organizada e editada por Jean Fagan Yellin, que também escreve a introdução mais recente da obra. O lançamento do livro se deu por conta própria da autora, por não ter conseguido um editor. A autobiografia de Harriet Jacobs é considerada a principal escrita em primeira pessoa de uma mulher negra antes da Guerra Civil nos Estados Unidos.

Harriet Ann Jacobs viveu e morreu no século XIX (1813-1897). Nascida no cativeiro, na região da Carolina do Norte, fugiu para Nova York em 1842, onde lutou pelo fim da escravidão nos Estados Unidos e fez uso da palavra para contar sua experiência numa autobiografia.

A vivência de Harriet Jacobs foi vastamente estudada nos Estados Unidos, sendo Jean Fagan Yellin uma referência importante. Jean Yellin escreveu os seguintes trabalhos: “Written by Herself: Harriet Jacobs’s Slave Narrative”, artigo publicado na *American Literature*, 53 (Nov 1981), e a biografia *Harriet Jacobs: A Life* (2004). A pesquisadora organizou ainda a coletânea de documentos *The Harriet Jacobs Family Papers* (2008).

Harriet Jacobs não se casou, porém envolveu-se com um homem branco da região e foi mãe solteira de duas crianças. Sua escrita autobiográfica é considerada pelo jornal *The New York Times* “um opúsculo feminista”, pois a autora luta duplamente: para libertar-se da escravidão e, também, da tirania contra o sexo feminino. Harriet Jacobs, em vários momentos, dirigia-se à leitora livre reconhecendo a opressão masculina como um vínculo entre as mulheres. Para Harriet, a liberdade estava em construção, e sua escrita era mais uma na luta pelo fim da escravidão e pela igualdade entre homens e mulheres.

Para muitas escravizadas, escrever tornou-se, ao mesmo tempo, um ato de repúdio e de expressão, na luta por melhores condições de vida e por direitos iguais entre homens e mulheres. Em 1770, Esperança escreveu uma petição

para o governador da Capitania do Maranhão, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, expondo no documento o péssimo tratamento que recebia do capitão Antonio Vieira Couto, inspetor de Nazaré (Rosa, 2012). Na carta, Esperança suplica, “pelo amor de Deus e do seu valimento ponha aos em obrigando digo o procurador que manda para a fazenda onde ele me tirou para eu viver com meu marido e batizar minha filha. De V. S^a. Sua escrava Esperança Garcia” (Moura, 2004, p. 171). Além de ter encontrado a correspondência de Esperança durante pesquisa no Arquivo Nacional Torre do Tombo (Lisboa, Portugal), Luiz Mott desenvolveu importante estudo biográfico sobre Rosa Egipcíaca (1719-1778). Essa africana escravizada, trazida para o Brasil, escreveu, em português, o manuscrito *Sagrada Teologia do Amor de Deus, Luz Brilhante das Almas Peregrinas* (Mott, 1993, p. 8).

Os usos da palavra por mães libertas do cativo que lutavam pela soltura de seus filhos e filhas também já foi objeto de estudos acadêmicos (Cowling, 2012). Em março de 1886, a alforriada Maria Rosa escreveu à Imperatriz do Brasil, D. Teresa Cristina, pedindo a liberdade para a filha, “pois bem senhora, eu sou mãe de uma infeliz criatura a qual esta quase sempre enferma a ponto de botar sangue pela boca e com três filhos menores e ainda sob o jugo do cativo” (Maria Rosa, 1886, Arquivo Geral da Cidade). A carta de Maria Rosa teve êxito, pois a filha Ludovina foi libertada, “talvez por causa da vergonha que a carta de Maria Rosa lhe teria causado” (Cowling, 2012, p. 224).

A condição feminina não pode ser ignorada no debate sobre educação de escravos. Para a mulher escravizada ou liberta, a preocupação com os destinos das filhas era muito grande. Esse é outro aspecto importante, conforme argumenta Harriet Jacobs: “quando me disseram que o recém-nascido era uma menina, meu coração ficou mais pesado do que nunca. A escravidão é terrível para os homens; mas é muito mais terrível para as mulheres. Além dos males comuns a todos, elas têm males, sofrimentos e mortificações peculiares” (Jacobs, 1988, p. 82). Sem dúvida, o fato de a escravidão seguir o ventre aterrorizava muitas mães. Entretanto, é preciso cuidado ao analisar as distintas experiências de escravizadas. A condição feminina e o fato de a escravidão seguir o ventre são fundamentais e não podem ser ignorados na luta pela emancipação dos sujeitos em que o conhecimento da palavra escrita tinha grande força.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término deste artigo, defendo que as autobiografias de escravizadas e escravizados permitem muitas possibilidades no ensino de História. Proporcionam, por exemplo, a compreensão dos subjugados como autores da própria história, apesar de toda a violência da escravidão. Entretanto, partindo dos muitos livros disponíveis em língua portuguesa, é preciso considerar o método de tradução, as diferentes temporalidades e também as intencionalidades na produção de tais livros. Certamente, uma publicação impressa na vigência da escravidão era lida de uma maneira. A mesma obra, trabalhada no contexto de uma sala de aula do século XXI, terá outro sentido. Por essa razão, a luta no presente deve levar em conta uma educação voltada para as relações étnico-raciais e um ensino de História que não contribua para a cristalização de preconceitos.

Durante anos, os manuais didáticos de História contribuíram para a reificação do negro como sinônimo de escravo/coisa/mercadoria. E assim, as vozes dos escravizados não apareciam nos livros didáticos, apesar de saber-se da existência de muitas autobiografias desse gênero literário, desde o século XVIII.

Com a leitura das autobiografias, vislumbra-se a inserção do escravizado no universo da cultura letrada e da educação, e como o acesso à palavra escrita representou, para muitos, a oportunidade de “fazer comunicável sua memória e experiência”. Dar visibilidade ao processo de luta dos escravizados, também em busca de educação, configura parte da perspectiva que concebe o escravizado como gente e não mercadoria, coisa ou, apenas, força de trabalho braçal no “eito” (roça onde os escravos usavam a enxada na limpeza de uma plantação). Os escravizados não eram folhas em branco, mentes vazias sem ideias ou conhecimentos, porém mulheres e homens complexos, dotados de experiências, culturas, memórias, saberes e sentimentos.

No meu ponto de vista, as traduções das autobiografias de escravizados encontram-se no âmbito da frente de luta pela superação do racismo e por igualdade no campo das relações humanas. Conhecer as trajetórias de escravizados é essencial no Brasil, onde a memória é um direito sistematicamente negado à maior parte da população afrodescendente. Descobrir e aceitar outras histórias é um exercício de introspecção, além do necessário questionamento

sobre o processo de fazer calar a voz daqueles que resistem e defendem a constituição da própria identidade.

Este artigo, além de analisar as autobiografias escritas por escravizados, procurou também dar visibilidade e protagonismo às ações diversas dos sujeitos, na luta pelo direito de terem sua identidade reconhecida. Quem sabe tendo como referência o ébano – árvore nobre e rara, de origem africana, que produz uma madeira negra e muito dura –, os escravizados ousaram escrever o valor de suas próprias histórias.

REFERÊNCIAS

- AKYEAMPONG, Emanuel; GATES JR., Henry. *Dictionary of African biography*. Oxford: Oxford University Press, 2012.
- ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2010.
- AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de Carapinha: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*. Campinas: Ed. Unicamp, 1999.
- BAQUAQUA, Mahommah. *Biografia de Mahommah Gardo Baquaqua: um nativo de Zoogoo, no interior da África*. São Paulo: Uirapuru, 2017.
- BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaina (org.). *Usos & abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.
- CANTO, Rafael Antunes do. *Olaudah Equiano: a vida de um marinheiro negro no Atlântico do século XVIII e a memória de África*. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2015.
- CARINO, Janaedson. A biografia e sua instrumentalidade educativa. *Educação & Sociedade*, ano XX, n. 67, ago. 1999.
- CASTELNAU, Francis de. *Entrevistas com escravos africanos na Bahia oitocentista*. Rio de Janeiro: J. Olympio Ed., 2006.
- CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando T. da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. *Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth*, Campinas: Unicamp, v. 14, p. 11-50, 2009.
- COWLING, Camillia. O fundo de emancipação “Livro de Ouro” e as mulheres escravizadas: gênero, abolição e os significados da liberdade na Corte, anos 1880. In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana; GOMES, Flávio. *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012.

- DAMATTA, Roberto. A Fábula das três raças, ou o problema do racismo à brasileira. In: DAMATTA, Roberto. *Relativizando: uma introdução à Antropologia Social*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- DOUGLASS, Frederick. *Life and Times of Frederick Douglass*. [1881]. Boston: De Wolfe & Fiske, 1892.
- DOUGLASS, Frederick. *My Bondage and My Freedom*. New York: Miller, Orton & Mulligan, 1855.
- DOUGLASS, Frederick. *Narrativa da Vida de Frederick Douglass, um escravo americano*. Trad. Leonardo Poglia Vidal. S. l.: CreateSpace Independent Publishing Platform, 2016.
- DOUGLASS, Frederick. *Narrative of the Life of Frederick Douglass, an American Slave*. Boston: Anti-Slavery Office, 1845.
- EQUIANO, Olaudah. *The Interesting Narrative of the Life of Olaudah Equiano, or Gustavus Vassa, the African written by himself: authoritative text, contexts, criticism*. New York: Norton, 1789.
- GENOVESE, Eugene D. *Roll, Jordan, Roll: The World the Slaves Made*. New York: Vintage, 1972.
- GLEDHILL, Helen S. *Travessias racialistas no Atlântico negro: reflexões sobre Booker T. Washington e Manuel R. Querino*. 2014. Tese (Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos) – Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador, 2014.
- GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004. p. 7-24.
- JACOBS, Harriet. *Incidentes na vida de uma escrava, contados por ela mesma*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
- KRUEGER, Robert. *Biografia e narrativa do ex-escravo Mahommah Gardo Baquaqua*. Brasília: Ed. UnB, 1997.
- LARA, Sílvia Hunold. Apresentação: Biografia de Mahomman G. Baquaqua. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Anpuh: Marco Zero, v. 8, n. 16, mar./ago. 1988. Disponível em: http://www.anpuh.org/revistabrasileira/view?ID_REVISTA_BRASILEIRA=25.
- LOVEJOY, Paul. Identidade e miragem de etnicidade: a jornada de Mahomman Gardo Baquaqua para as Américas. *Afro-Ásia*, Salvador, v. 27, p. 9-39, 2002. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21031/13630>.
- MAESTRI FILHO, Mario. *Depoimento de escravos brasileiros*. São Paulo: Ícone, 1988.
- MANZANO, Francisco. *A autobiografia do poeta-escravo*. São Paulo: Hedra, 2015.

- MATTOS, Hebe. O herói negro no ensino de história do Brasil: representações e usos das figuras de Zumbi e Henrique Dias nos compêndios didáticos brasileiros. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (org.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 213-226.
- MATTOS, Hebe; RIOS, Ana Lúgão. *Memórias do Cativoiro: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- MILLER, Randall; SMITH, John. *Dictionary of Afro-American Slavery*. Santa Barbara, Cal.: Greenwood Press, 1988.
- MOURA, Clóvis. *Dicionário da Escravidão Negra no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2004.
- MOTT, Luiz. *Rosa Egípcia: uma santa africana no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1993.
- NORTHUP, Solomon. *Doze anos de Escravidão*. São Paulo: Penguin Classics; Companhia das Letras, 2014.
- POMBO, José Francisco da Rocha. *Nossa pátria: narração dos fatos da História do Brasil. Através da sua evolução, com muitas gravuras explicativas*. São Paulo: Melhoramentos, 1917.
- RIBEIRO, João. *História do Brasil: curso superior*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1900.
- ROMERO, Sílvio. *A história do Brasil ensinada pela biografia de seus heróis*. [1890]. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1915.
- ROSA, Sonia. *Quando a escrava Esperança escreveu uma carta*. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.
- SENA, Ernesto. *Rascunhos e perfis*. Brasília: Ed. UnB, 1983.
- THOMPSON, Eduard Palmer. O termo ausente: experiência. In: THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- VIANA, Larissa. Negros distintos nas Américas: escrita da História e protagonismo negro no pós-abolição, 1890-1946. *Afro-Ásia*, Salvador, v. 52, p. 247-273, 2015.
- WASHINGTON, Booker T. *Memórias de um negro*. Trad. Graciliano Ramos. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1940.
- WASHINGTON, Booker T. *My Larger Education: Being Chapters from My Experience*. Garden City, NY: Doubleday, 1911.
- WASHINGTON, Booker T. *The Story of My Life and Work*. Cincinnati, Oh: W. H. Ferguson, 1900.
- WASHINGTON, Booker T. *Up From Slavery: An Autobiography*. Garden City, NY: Doubleday & Company, 1901.

XAVIER, Regina. Biografando outros sujeitos, valorizando outra história: estudos sobre a experiência dos escravos. In: SCHMIDT, Benito Bisso (org.). *O biográfico: perspectivas interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul, RS: Edunisc, 2000.

NOTAS

¹ Este trabalho conta com financiamento da Faperj e do CNPq.

² José Francisco da Rocha Pombo nasceu na cidade de Morretes (PR), em 1857. Foi poeta, contista, dicionarista, historiador, professor de História, do *Pedagogium*, da Escola Normal, do Colégio Batista, membro do Instituto Histórico e Geográfico (IHGB) e jornalista. Faleceu aos 75 anos, quando acabara de ser eleito para a Academia Brasileira de Letras, sem tomar posse (SILVA, 2012, p. 20).

³ “Slave narrative”. In: *Encyclopaedia Britannica*, 2008. Disponível em: <http://global.britannica.com/EBchecked/topic/548224/slave-narrative>. Acesso em: 19 jun. 2014.

⁴ Outras referências importantes sobre as autobiografias de escravos nos Estados Unidos são: BLASSINGAME, 1977; DAVIS; GATES, 1985; RAWIK, 1972; STARLING, 1949, e YETMAN, 1984.

⁵ Obra disponível em: <http://docsouth.unc.edu/neh/equiano1/equiano1.html>. Acesso em: 19 jun. 2014.

⁶ Disponível em: <http://www.baquaqua.com.br/equipe-de-pesquisa>.

⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=q6kvNy6ODIY>.

⁸ Ernesto Sena nasceu no Rio de Janeiro, em 1858; faleceu em 1913. Foi coronel da Guarda Nacional e redator de jornal (ver SENA, 1983).

Artigo recebido em 19 de setembro de 2017. Aprovado em 16 de outubro de 2018.